

Processo: nº 936/2012 (a).

Origem: Diretoria-Geral de Administração

Ementa: Atualização da estrutura de cargos e especialidades do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares. Lei nº 4.356/2009 (instituição do Plano de Carreira, Cargos e Remunerações dos Serviços Auxiliares do TCDF).

. Estudos realizados pela Divisão de Recursos Humanos que encaminha a minuta de Resolução vista às fls. 97/124 para efeito de deliberação desta Corte de Contas (fls. 125/140).

. Manifestações convergentes da Diretoria-Geral de Administração e da Consultoria Jurídica da Presidência (fls. 141/142 e 143/144).

. Informação e minuta de resolução apresentadas pela Divisão de Planejamento e Modernização Administrativa (fls. 146/185).

. Pela remessa da minuta apresentada pela DIPLAN aos membros do Plenário e do Ministério Público de Contas para, querendo, apresentarem sugestões no prazo regimental.

RELATÓRIO

Cuidam os autos da adequação da estrutura de cargos efetivos do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares às disposições da Lei nº 4.356/2009, que instituiu o Plano de Carreira, Cargos e Remunerações dos Serviços Auxiliares, bem como da atualização das especialidades de atuação e quantitativos de vagas face às necessidades do serviço.

Da extensa informação formulada pela Divisão de Recursos Humanos, tenho por necessário reproduzir o que segue:

"QUADRO DE PESSOAL DOS SERVIÇOS AUXILIARES

I - Histórico

3. A atual estrutura do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares deste Tribunal de Contas teve origem nas Resoluções nº 03 e 07/1973, mediante as quais foram recepcionadas as disposições do Plano de Classificação de Cargos do Serviço Civil da União e das Autarquias federais, estabelecido na Lei federal nº 5.645/1970. Os Serviços Auxiliares eram compostos naquela época pelo Quadro de Pessoal (cargos estatutários) e pela Tabela Temporária de Empregos (celetista).

4. No final da década de 90 foram extintos os antigos empregos sujeitos ao regime celetista, e o Tribunal passou a contar com um Quadro de Pessoal composto somente de cargos estatutários, distribuídos em duas Carreiras. Essa reorganização

do quadro deu-se mediante as Leis distritais nº 02/1988 (fls. 3/5) e 88/1989 (fls. 9/17). A primeira dispôs sobre a criação dos cargos da Carreira de Controle Externo e a segunda sobre os cargos da carreira Administração Pública. As duas carreiras apresentavam originalmente a seguinte composição:

Carreira Controle Externo Lei 02/1988		Carreira Administração Pública Lei 88/1989	
Cargos	vagas	Cargos	vagas
Analista de Controle Externo		Analista de Administração Pública	
Técnico de Controle Externo		Técnico de Administração Pública	
-		Auxiliar de Administração Pública	

nnº de

32

258

178

5. Posteriormente a Lei distrital nº 794/1994 (fl. 26) acrescentou 75 (setenta e cinco) cargos de Analista de Finanças e Controle Externo, elevando para 250 (duzentos e cinquenta) o total previsto.

6. Em 27.11.1992 foi publicada a Lei distrital nº 362/1992 (fl. 18/19), autorizando o TCDF a ajustar a estrutura de carreiras, cargos efetivos e respectivos vencimentos aos moldes da estrutura de cargos da Câmara Legislativa do Distrito Federal. Por meio das Resoluções TCDF nº 56/1992, 65/1993 e 73/1994 (fls. 20 a 25) foram reorganizados os cargos efetivos do Quadro desta Corte, passando a apresentar a seguinte conformação:

Carreira Controle Externo Lei 02/1988		Carreira Administração Pública Lei 88/1989	
Cargos	Nº de vagas	Cargos/áreas/especialidades	Nº de vagas
Analista de Controle Externo	250	Analista de Administração Pública	
		Área de Administração Geral	
		Biblioteconomia	
		Administração	5
		Contabilidade	5
		Direito	6
		Área de Saúde	6
		Medicina	
		Odontologia	7
			3

Técnico de Controle Externo	34	Técnico de Administração Pública	
		<u>Técnico de Administração Pública - A (2º grau)</u>	
		Área de Administração Geral	
		Serviços Administrativos	
		Área de Saúde	149
		Enfermagem	
		Prótese Dentária	6
		Área de Processamento de Dados	2
		Operação de Computação	
		Programação	
		<u>Técnico de Administração Pública - B (1º grau completo)</u>	2
			1
		Área de Administração Geral	
		Reprografia	
		Vigilância	
		Condução de Veículos	
		<u>Técnico de Administração Pública - C (1º grau incompleto)</u>	5
			6
		Área de Administração Geral	68
		Carpintaria, Marcenaria e Obras	
		Eletricidade e Comunicações	
Eletricidade de Automóvel			
Mecânica	10		
	5		
	1		
	3		
-	-	Auxiliar de Administração Pública	
		<u>Auxiliar de Administração Pública - A (1º grau completo)</u>	
		Área de Administração Geral	
		Telefonia	4
		<u>Auxiliar de Administração Pública - B (1º grau incompleto)</u>	
		Área de Administração Geral	
		Serviços Administrativos Gerais	174

7. Pouco tempo depois do advento da Lei 362/92 os servidores ocupantes de cargo de Auxiliar de Administração Pública – especialidade Serviços Administrativos Gerais, foram reenquadrados do nível “B” (1º grau incompleto) para o nível “A” (1º grau completo), consoante Portaria nº 213/1994, por força de determinação judicial, ficando assim corrigida a segregação de níveis anteriormente efetuada pela Resolução nº 56/1992.

8. No ano de 2001, logo após a edição da Lei de Responsabilidade Fiscal, em na esteira do processo de terceirização dos serviços de apoio operacional, o Tribunal declarou a desnecessidade de vários cargos de nível médio e básico, conforme Resolução nº 139/2001, nas seguintes especialidades:

CARGO EFETIVO	EXISTENTES	CARGOS PROVIDOS	CARGOS VAGOS DECLARADOS DESNECESSÁRIOS
TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - B - VIGILÂNCIA	6	5	1
TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - b - CONDUÇÃO DE VEÍCULOS	68	50	18
TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - B - Reprografia	5	5	0
TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - C - ELETRICIDADE E COMUNICAÇÃO	5	3	2
TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - C - CARPINTARIA, MARCENARIA E OBRAS	10	1	9
TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - C - ELETRICIDADE DE AUTOMÓVEL	1	0	1
TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - c - MECÂNICO	3	0	3
AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - A - TELEFONIA	4	1	3
AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - b - AUXILIAR DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	174	65	109

9. Posteriormente foi alterado também o enquadramento dos Técnicos de Administração Pública B (1º grau) para o nível "A" (2º grau), conforme Portaria nº 200/2007. Vale relembrar que alguns servidores já haviam obtido individualmente o reenkadramento de "B" para "A" por decisão judicial.

10. Importa esclarecer que o referido enquadramento decorreu do fato da Lei 362/1992 prever apenas três níveis de escolaridade (superior, médio e básico), consoante disposto no art. 6º incisos I e II, sem qualquer referência a níveis de escolaridade incompletos. Todavia, o reenkadramento alcançou apenas a situação funcional dos servidores, ficando pendente a adequação das Resoluções referentes ao Quadro de Pessoal.

11. Por fim, sobreveio a Lei nº 4.356/2009, dispondo sobre o Plano de Carreiras, Cargos e Remunerações dos servidores deste Tribunal de Contas, por força da qual os cargos efetivos da antiga Carreira Administração Pública passaram a

integrar a Carreira Controle Externo, consoante disposto nos arts. 5º e 6º, transcritos a seguir:

“Art. 5º A Carreira de Controle Externo compreende os cargos de provimento efetivo do TCDF, a estrutura de vencimentos e a política de remuneração cometida aos servidores.

Parágrafo único. A Carreira prevista no caput deste artigo organiza os cargos de provimento efetivo, com base em atribuições essenciais específicas, incluindo requisitos de escolaridade e de qualificações profissionais correlatos, pautados pelos objetivos institucionais, competências e necessidades organizacionais do TCDF.

Art. 6º A Carreira de Controle Externo, observadas as características mencionadas no parágrafo único do artigo anterior, é desdobrada nas áreas de Finanças e Controle Externo e de Administração Pública, compostas pelos seguintes cargos efetivos:

I – Finanças e Controle Externo:

- a) Auditor de Controle Externo, com escolaridade correspondente ao ensino superior completo;
- b) Técnico de Controle Externo, com escolaridade correspondente ao ensino médio completo;

II – Administração Pública:

- a) Analista de Administração Pública, com escolaridade correspondente ao ensino superior completo;
- b) Técnico de Administração Pública, com escolaridade correspondente ao ensino médio completo;
- c) Auxiliar de Administração Pública, com escolaridade correspondente ao ensino fundamental.”

12. Além de unificar as carreiras, a Lei nº 4.356/2009 conferiu ao Tribunal a competência legislativa para regulamentar os seguintes aspectos:

- a) Fixar as atribuições dos cargos efetivos e os respectivos requisitos de provimento, conforme disposto no art. 6º § 1º:

“Art. 6º (...) § 1º As descrições das atribuições e os requisitos essenciais dos cargos de provimento efetivo, mencionados nos incisos I e II deste artigo, serão fixados mediante ato próprio do Tribunal de Contas do Distrito Federal, podendo ser especificados por especialidade profissional, de acordo com a necessidade da Administração.”;

b) Fixar os quadros de lotação setorial, consoante art. 6º § 2º:

“§ 2º O quadro de lotação setorial dos servidores efetivos será definido por ato do Tribunal, observados os limites quantitativos estabelecidos em leis específicas.”

c) Remanejar, reverter ou transformar cargos vagos entre as áreas/especialidades da carreira, ex vi do art. 6º § 3º:

“§ 3º Os cargos efetivos de nível superior de Analista de Administração Pública, os cargos de nível médio de Técnico de Finanças e Controle Externo e de Técnico de Administração Pública, e os cargos de nível fundamental de Auxiliar de Administração Pública, vagos ou que vierem a vagar, poderão ser revertidos para outras áreas ou transformados em outros cargos da carreira, mediante Resolução do Tribunal, desde que não acarrete aumento de despesa.”

13. No ano de 2010 foi realizado um amplo e profundo diagnóstico institucional, por consultoria especializada contratada especialmente para este fim, que resultou na elaboração de 92 (noventa e dois) produtos com sugestões para modernização dos procedimentos de recursos humanos e para implantação das funções próprias de gestão e desenvolvimento de pessoas. O Quadro de Pessoal foi um dos aspectos abrangidos nesses estudos, tendo sido desenvolvidos os seguintes produtos:

- dimensionamento do quadro de pessoal para curto, médio e longos prazos, com base nas relações encontradas entre os quantitativos e as especificidades profissionais;
- os quantitativos e especificidades profissionais necessárias para atender as demandas do TCDF a curto, médio e longos prazos;
- projeções de necessidade para 2 cenários, o primeiro considerando alterações incrementais, e o segundo prevendo uma situação de ruptura na situação atual;
- desenvolvimento de uma metodologia de dimensionamento de necessidades de pessoal, específica para o TCDF, com base nas relações entre os quantitativos de cargos, as especificidades profissionais, e as demandas dos serviços.

14. No que tange à força de trabalho efetiva, os mesmos estudos revelaram que embora o quadro de pessoal conte com 753 cargos, a ocupação média permaneceu estabilizada nas três últimas décadas em torno de 75% do total geral de cargos previstos. O percentual restante refere-se aos cargos que

sobejam na estrutura de nível médio e básico, provavelmente em razão de superdimensionamento quando da elaboração das respectivas leis de criação nas décadas de 70/80. Vale mencionar, como exemplo, a existência de pelo menos 110 (cento e dez) cargos vagos de nível básico que nunca foram providos porque não houve necessidade.

15. Em face disso, os consultores técnicos contratados pelo Tribunal efetuaram as seguintes projeções de necessidades de pessoal até 2015:

Remanejamento de vagas **Concurso para Auditor e Analista**

16. Em relação ao Quadro de Pessoal ideal, os referidos estudos apontaram a seguinte estrutura:

17. Em suma, são necessários os seguintes ajustes e alterações no Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares:

- a) Adequar a quantidade de áreas de atuação/especialidades às reais necessidades do serviço, eliminando aquelas que remanescem da estrutura original criada na década de 70, e que não tenham nenhum cargo ocupado;
- b) Remanejar os cargos vagos das especialidades terceirizadas ou em desuso para outras áreas, ou colocá-las num quadro de transição visando a futura utilização como fonte de custeio na criação de vagas em outras especialidades;
- c) Atualizar a descrição das atribuições dos cargos, em face das expressivas mudanças nas rotinas e atividades, fruto das profundas mudanças tecnológicas e legislativas ocorridas nas três últimas décadas;
- d) Abrir novas especialidades profissionais, e/ou adequar as existentes, de modo a atender adequadamente as demandas dos serviços e suprir os novos espaços ocupacionais que surgiram nas duas últimas décadas.

II - Quadro de Pessoal. Alterações necessárias.

18. Serão detalhadas a seguir as alterações e adequações necessárias nos cargos e especialidades dos Serviços Auxiliares deste Tribunal de Contas.

19. Cumpre esclarecer que foram enviados expedientes a todas as unidades administrativas das áreas fim e meio deste Tribunal visando colher sugestões para atualização e adequação da estrutura de cargos efetivos e das respectivas atribuições.

Não foram incluídos os gabinetes dos membros do Tribunal e dos órgãos vinculados à Presidência por terem estrutura própria, composta de cargos em comissão e funções de confiança com atribuições específicas.

20. Os expedientes com as sugestões oferecidas pelos dirigentes setoriais estão anexados às fls. 32/66 e 71/74 deste Processo, e foram consolidados às fls. 65/70.

Cargos da área de controle externo

21. Em relação ao cargo de Auditor de Controle Externo faz-se necessário somente a atualização da descrição das atribuições, visto que ainda estão em vigor as do antigo cargo de Técnico de Controle Externo (NS), previstas na Resolução nº 09/1973, extremamente defasadas.

22. Com base nas sugestões colhidas junto aos Inspetores de Controle Externo foi atualizada a descrição das atribuições do cargo de Auditor de Controle Externo, consoante formulário visto à fl. 77 deste Processo.

23. Quanto ao cargo de Técnico de Controle Externo foram apresentadas poucas sugestões. A 1ª ICE e a DIPLAN sugeriram a extinção desse cargo, enquanto a 2ª ICE sugeriu a manutenção, com atualização das atribuições. A 5ª ICE sugeriu a reversão do Técnico de Controle Externo para Analista de Controle Externo, e do Auxiliar de Administração Pública para Técnico de Administração Pública.

24. As sugestões das Inspetorias são condizentes, em parte, com a proposta contida nos resultados da consultoria técnica contratada pelo Tribunal (par. 16 acima), quanto a unificar os cargos de nível médio sob a denominação de Técnico de Controle Externo.

25. Porém, ao nosso modesto ver, tal providência depende de lei. Embora não haja qualquer diferença nos requisitos de escolaridade, cremos que a competência dada ao Tribunal no art. 19 da Lei 4.356/09 não alcança esse tipo de remanejamento. Sugerimos que a uniformização dos cargos de nível médio existentes na estrutura desta Corte (Técnico de Controle Externo e Técnico de Administração Pública) seja tratada no Processo nº 11538/2009, referente aos estudos para adequação da Lei nº 4.356/2009.

Cargos da área de Administração Pública

Analista de Administração Pública

26. Quanto ao cargo de Analista de Administração Pública, o Quadro de Pessoal deste Tribunal conta com 32 (trinta e dois) cargos de nível superior,

destinados à área-meio, distribuídos atualmente nas seguintes especialidades:

27. As especialidades "Administrador", "Advogado" e "Contador" nunca foram utilizadas pela Administração. Deve ser avaliada a real necessidade de mantê-las no Quadro, pois do modo como estão descritas estão vinculadas a categorias profissionais específicas (Advogado, Contador, Administrador). Na hipótese de realização de concurso público para estas áreas seria necessário exigir não apenas a formação superior, mas também a inscrição no conselho ou ordem de classe profissional correspondente.

29. Considerando que não há na área-meio deste Tribunal de Contas qualquer atividade que exija a atuação no foro, até mesmo porque tal atividade de representação seria ilegal, não há razão para manter a especialidade "Advogado", aplicando-se o mesmo raciocínio às especialidades de Contador e ao Administrador. Por conseguinte, será sugerido mais adiante e o remanejamento dessas vagas para outras especialidades nas quais os serviços exigem a atuação de profissionais com perfis específicos.

30. No levantamento de necessidades realizado por esta Divisão foram colhidas as seguintes sugestões pertinentes ao cargo de Analista de Administração Pública:

a) Divisão de Serviços Gerais (fls. 53, 57/60), acréscimo de duas vagas na especialidade Bibliotecário, e criação da especialidade Arquivista, com duas vagas, destinada ao setor de protocolo e às novas rotinas e atividades típicas de gestão da informação e da documentação;

b) Divisão de Tecnologia da Informação (fls. 37/38), criação de especialidades: Infraestrutura (1 vaga); Microinformática (1 vaga); Sistemas (1 vaga);

c) Seção de Licitação e Contrato/DLMP (fls. 47/49), criação da especialidade "Agente Administrativo" (3 vagas), com foco em licitações e contratos;

d) Seção de Seleção e Capacitação (fls. 35/36), criação da especialidade Gestão de Pessoas (1 vaga);

e) Núcleo de Apoio Assistencial (fls. 71/74), criação da especialidade Enfermagem (2 vagas), Psicologia - área Clínica (2 vagas), Enfermagem (2 vagas).

31. As modificações sugeridas pela Divisão de Serviços Gerais e pela Divisão de Tecnologia da Informação estão sendo integralmente agasalhadas na

presente proposta de adequação do Quadro de Pessoal, pois visam atender necessidades que estão embasadas nos levantamentos e diagnósticos efetuados quando da elaboração das políticas de recursos humanos, do mapeamento de competências e perfis ocupacionais, e no dimensionamento da força de trabalho, realizados com apoio de consultorias especializadas no período de 2009 a 2011.

32. No que tange às sugestões de criação das especialidades "Agente Administrativo/Licitações e Contratos", "Gestão de Pessoas" e "Enfermagem", solicita-se a devida vênua para sugerir que sejam reservadas para estudos mais detalhados em outro momento. As justificativas para esta proposição serão expostas a seguir.

33. Não há como negar que alguns setores da área-meio têm real necessidade de servidores com formação específica em nível superior. É o caso, por exemplo, das Seções de Documentação e de Protocolo e Arquivo, da Seção de Legislação de Pessoal, Seção de Licitação e Contratos, Seção de Seleção e Capacitação, Seção de Gestão do Desempenho e do Desenvolvimento Funcional, além das funções e cargos de Assessoramento Técnico das Divisões e do Gabinete da DGA. Há rotinas e atividades nessas áreas cujo desempenho demanda conhecimentos e habilidades específicos de formação superior.

34. Forçoso é reconhecer que esses setores funcionam porque há servidores de nível médio com formação superior, ou que detêm especialização em áreas correlatas às atribuições do setor no qual têm lotação, os quais dão vazão a serviços típicos de cargos de nível superior, sem deixar de mencionar os casos de servidores da área-fim desviados para a área administrativa para atender demandas pontuais nas áreas de licitação e contratos, jurídica e de engenharia.

35. De outra parte, é fato inegável que os requisitos e perfis de formação exigidos em alguns concursos antigos não mais se revelam plenamente satisfatórios para atender as reais necessidades dos serviços. Os processos de trabalho e as rotinas setoriais são hoje mais densas, complexas, interdisciplinares, e requerem servidores com perfis profissionais mais elaborados.

36. Todavia, sem menosprezar as necessidades dessas áreas, cremos que a implantação de especialidades de nível superior na área-meio deve ser feita de forma progressiva, mediante um planejamento para médio e longo prazo, iniciando pelas atividades especialíssimas até atingir as de cunho generalista.

37. Deve-se notar que por trás dessa demanda por novas áreas profissionais há uma mudança de paradigma em curso. Na realidade, a modificação pretendida pelas áreas torna evidente a elevação das exigências de formação em vários espaços ocupacionais da área-meio. Daí decorre a cautela suscitada por esta Divisão.

38. Há risco, por exemplo, em sendo criadas especialidades de nível superior para setores que ainda comportam a utilização parcial de força de trabalho de nível médio, de serem colocados lado a lado servidores ocupantes de cargos com atribuições e remunerações distintas, porém desempenhando as mesmas atividades, o que provavelmente daria margem a questionamentos de ordem legal.

39. O posicionamento desta Divisão é por ser adotada uma programação de reposição da força de trabalho da área-meio em etapas, a ser implantada de médio a longo prazo, iniciando-se com o provimento do cargo de Analista de Administração Pública somente para as áreas ou atividades que desempenham atribuições e competências privativas de cargos de nível superior, mantendo-se ainda por um tempo o cargo de nível médio, mas com aprimoramentos nos requisitos e nas exigências de provimento, estendendo-se futuramente a utilização do cargo de nível superior para as demais atividades, na proporção em que sobrevier o declínio da atual força de trabalho da área-meio.

40. Por esse critério, poderiam ser criadas de imediato, por não haver similar na estrutura de nível médio, as seguintes especialidades no cargo de Analista de Administração Pública:

- Tecnologia da Informação - Infraestrutura - 1 vaga;
- Tecnologia da Informação - Microinformática - 1 vaga;
- Tecnologia da Informação - Desenvolvimento de Sistemas - 1 vaga;
- Arquivologia - 2 vagas;
- Psicologia - área Clínica - 2 vagas; e
- Psicologia - área Organizacional - 4 vagas.

41. Há ainda a solicitação apresentada pelo Núcleo de Apoio Assistencial no sentido de ser criada a especialidade Enfermagem, de nível superior, com duas vagas. Atualmente este espaço ocupacional é suprido por terceirização de serviços. Se aprouver à alta direção acolher o pleito daquele setor e funcionalizar essas atividades, a atual sistemática de captação de mão-de-obra especializada poderá continuar sendo utilizada até que sobrevenha o

futuro provimento dos cargos mediante concurso público.

42. Quanto às demais especialidades já existentes, faz-se necessário apenas a atualização do quantitativo de vagas, nos moldes solicitados pelos titulares dos respectivos setores, a saber:

- Biblioteconomia - de 5 para 7 vagas;
- Medicina - de 6 para 7 vagas.

43. Futuramente poderão ser revertidas vagas de nível médio para criação de vagas de nível superior, na proporção das aposentadorias e vacâncias que surgirem, e então ser criada uma especialidade com perfil mais amplo, para atuação nos mais variados processos e atividades da área administrativa da Casa, a ser denominada, por exemplo, Analista de Administração Pública - especialidade administrativa, a ser provida por concurso público com elevado nível, abrangendo todos os conhecimentos correlatos aos processos de trabalho da área meio.

44. Se forem acolhidas as sugestões aqui delineadas, a estrutura de cargos de nível superior da área meio passará a ter seguinte composição:

ÁREA - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA			
CARGO: ANALISTA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (NS)			
SITUAÇÃO		SITUAÇÃO PROPOSTA	
ATUAL			
ESPECIALIDADE	TOTAL DE CARGOS PREVISTOS	ESPECIALIDADE	TOTAL DE CARGOS PREVISTOS
Medicina	07	Medicina	07
Odontologia	03	Odontologia	03
Biblioteconomia	05	Biblioteconomia	07
Administrador	05	-	-
Contador	06	-	-
Advogado	06	-	-
		Psicologia - Clínica	02
		Psicologia Organizacional	- 04
		Documentação e Arquivo	02
		TI - Infraestrutura	01
		TI Microinformática	- 01
		TI - Sistemas	05
Total: 32		Total: 32	

Do cargo de Técnico de Administração Pública

45. O Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares deste Tribunal de Contas dispõe de 259 (duzentos e cinquenta e nove) cargos de nível médio de Técnico

de Administração Pública, distribuídos nas seguintes especialidades:

TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - A			
	Preenchidos	Vagos	total
AREA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL:			
Serviços Administrativos	124	26	150
AREA DE SAUDE:			
Auxiliar de Enfermagem	3	3	6
Protético	0	2	2
AREA DE PROCESSAMENTO DE DADOS:			
Operador de Computador	2	0	2
Programador	1	0	1
TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - B			
AREA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL:			
Reprografia	5	0	5
Condução de Veículos	44	24	68
Vigilância	5	1	6
TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - C			
AREA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL:			
Mecânico	0	3	3
Eletricidade e Comunicação	1	4	5
Carpintaria, Marcenaria e Obras	1	9	10
Eletricidade de Automóvel	0	1	1

46. São poucas as providências requeridas em relação ao cargo de Técnico de Administração Pública. As sugestões fornecidas pelas unidades da DGA e das Inspetorias apontam a defasagem das atribuições e a existência de especialidades em desuso como principais pontos passíveis de aprimoramento.

47. A Divisão de Tecnologia da Informação solicita a criação da especialidade Apoio em Microinformática, com 3 vagas. Vale ressaltar que a previsão desta especialidade vem regularizar a situação dos servidores de nível médio que desempenham de longa data essas atividades, os quais poderão ser nela alocados mediante termo de opção. Deste modo não será necessário realizar concurso e também não haverá qualquer despesa.

48. Na área de condução de veículos são necessárias duas providências. Em 2010 foi iniciada a terceirização parcial dos transportes (veículos de serviço). Com isso ficaram formalmente separadas as atividades de "Serviço" e "Representação". Foram remanejados vários servidores para a área administrativa, mediante termo de opção, os quais

estão lotados desde o início de 2010 em unidades da DGA e das Inspetorias.

49. Os cargos desses servidores que optaram pelo aproveitamento na área administrativa continuam figurando na estrutura do Quadro de Pessoal sob a especialidade "Serviços Administrativos", ao lado da especialidade "Agente Administrativo", devendo ser revertidos na proporção em que vagarem.

50. As atividades de representação de gabinete não foram terceirizadas (veículos de representação). Por isso, está sendo preservado um pool de cargos suficiente para atender aos gabinetes dos membros do Tribunal, ao Gabinete da Presidência, ao Ministério Público de Contas, e às demais atividades típicas de representação oficial.

51. Além desses ajustes acima mencionados, deve ser extintas as especialidades das áreas de atividades nas quais não há mais cargo provido, ficando os respectivos cargos vagos num quadro de reserva, ao dispor da Administração, para futuro remanejamento ou transformação, conforme a necessidade do serviço. Isso consuma a providência iniciada pela Resolução nº 139/2001, que declarou a desnecessidade dos cargos e especialidades mencionados no parágrafo 8 desta informação.

52. Se o Egrégio Plenário aprovar as modificações aqui propostas, a estrutura de cargos de nível médio deste Tribunal de Contas passará a ser seguinte:

ÁREA - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA			
CARGO: TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (NM)			
SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO PROPOSTA	
ESPECIALIDADE	TOTAL DE CARGOS PREVISTOS	ESPECIALIDADE	TOTAL DE CARGOS PREVISTOS
Agente Administrativo	149	Agente Administrativo	146
-	-	Suporte em TI	03
Condução de Veículos	68	Condução de Veículos - Representação de Gabinete	16
		Serviços Administrativos*	41
Reprografia	05	Serviços	04
Vigilância	06		05
Carpintaria, Marcenaria e Obras	10		01
Eletricidade e Comunicação	05		01
Mecânico	03	-	-
Eletricista de Automóvel	01	-	-

Auxiliar de Enfermagem	06	-	-
Protético	02	-	-
Operador de Computador	02	-	-
Programador	01	-	-
		A destinar (art. 6º § 3º da Lei nº 4.356/2009)	41
Total: 258		Total: 258	

*Em extinção, ou reversão, a medida que vagar.

Do cargo de Auxiliar de Administração Pública

53. Por fim, no que tange ao cargo de Auxiliar de Administração Pública, de nível básico, também colocado em extinção pela Resolução nº 139/2001, faz-se necessário apenas adequar o número total de cargos previstos à quantidade de vagas atualmente providas.

54. A sugestão que ora oferecemos é de ser aplicado ao cargo efetivo em comento o mesmo tratamento dado aos cargos vagos das especialidades de nível médio que estão em extinção, conforme demonstrado a seguir:

ÁREA – ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA			
CARGO: AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (1º GRAU)			
SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO PROPOSTA	
ESPECIALIDADE	TOTAL DE CARGOS PREVISTOS	ESPECIALIDADE	TOTAL DE CARGOS PREVISTOS
Telefonista	04	Telefonista*	01
Auxiliar de Serviços Administrativos	174	Serviços Administrativos*	48
-	-	A destinar (art. 6º § 3º da Lei nº 4.356/2009)	129
Total: 178		Total: 178	

*Em extinção, ou reversão, a medida que vagar.

Da atualização das atribuições dos cargos efetivos

55. Os instrumentos de descrição das atribuições dos cargos efetivos estão extremamente defasados. Mesmo aqueles que foram reescritos e atualizados ao longo da década de 90 apresentam-se agora quase que obsoletos. Os processos e as rotinas de trabalho foram profundamente impactados por diversos fatores, tais como as transformações tecnológicas e alterações no ordenamento jurídico.

56. Desta feita, estão sendo propostos instrumentos de descrição de cargo em técnica mais adequada, preparados pela consultoria interna em gestão de pessoas. No novo modelo proposto a descrição das atribuições é precedida de ementa contemplando os requisitos de ingresso no cargo, dando assim regulamentação ao previsto no art. 6º § 1º da Lei nº 4.356/2009.

57. As sugestões das áreas estão anexadas às fls. 32/66 e 71/74, e consolidadas às fls. 65/70 deste

Processo. A redação atualizada das atribuições, por cargo e especialidade, pode ser conferida nas minutas anexadas às fls. 77/96.

58. Desta feita estão sendo consolidados em um só ato normativo todos os aspectos pertinentes ao Quadro de Pessoal. A praxe anterior era de editar atos distintos para a estrutura de cargos e para as atribuições de cada cargo (fl. 02).

59. Por fim, cabe informar que logo em seguida à aprovação dos ajustes tratados nestes autos será necessário deliberar sobre a realização de concurso público para provimento de cargos vagos de Analista de Administração Pública, nas especialidades de Bibliotecário, Arquivista, Tecnologia da Informação, e Psicologia, bem como de Técnico de Administração Pública, especialidade Agente Administrativo, em razão da defasagem já existente, que vem sendo minimizada pela utilização de estagiários, e da previsão de acentuada quantidade de aposentadorias a curto e médio prazo.

60. Ressalvamos que proposta de realização de concurso antes sinalizada será oportunamente encaminhada para deliberação Plenária, em autos apartados, com as devidas projeções de gastos e demonstração do atendimento dos requisitos legais, orçamentários, financeiros e fiscais.

61. Ante todo o exposto, submeto a matéria à superior avaliação de V. S^a, solicitando, caso concorde com os estudos e com as sugestões ora apresentadas, que sejam adotadas as seguintes providências:

- a) Encaminhamento para conhecimento e avaliação pela Excelentíssima Senhora Presidente desta Corte quanto aos estudos e proposições contidos nestes autos, referentes à atualização e simplificação da estrutura de cargos efetivos do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares, consubstanciada na minuta de Resolução oferecida às fls. 97/126;
- b) Oitiva da preclara Consultoria Jurídica da Presidência;
- c) Revisão e padronização textual da minuta de Resolução ora proposta, pela Divisão de Planejamento e Modernização Administrativa;
- d) Por fim, pelo encaminhamento dos autos ao Egrégio Plenário para deliberação sobre a proposta de atualização da estrutura de cargos efetivos, especialidades e atribuições, do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares deste Tribunal de Contas, nos moldes sugeridos neste Processo."

Em parecer convergente, a Diretoria-Geral de Administração manifestou-se pelo acolhimento das sugestões ofertadas pela DRH, no que foi

seguida pela Consultoria Jurídica da Presidência, que asseverou no Parecer nº 12/2012 - CJP (fls. 143/144):

"Preliminarmente, observa-se que os artigos 1º, 2º e 3º do Projeto se referem aos Anexos I, II e IV, respectivamente, quando nos apensos existem vários Anexos-III (fls. 101/124) e nenhum de nº IV, o que merece ser corrigido.

De outro lado, verifica-se que os cargos referidos no art. 2º, não seriam todos os da carreira de Controle Externo, como ocorre com o art. 1º, pois aquele alcança somente os da área de Administração Pública, razão pela qual dever-se-ia dar-lhe a seguinte redação:

"Art. 2º. Os cargos efetivos da carreira de Controle Externo, compreendidos na área de Administração Pública, ficam distribuídos por especialidades, ...".

*Uma outra questão de fundo diz respeito à criação de especialidades e à definição de atribuições. No tocante à criação de **especialidades**, ela é prevista no § 1º, do art. 6º, da Lei/DF nº 4.356/2009. Ocorre, porém, que o item II desse mesmo art. 6º, prevê que o acesso aos cargos de Analista de Administração Pública depende apenas da "escolaridade correspondente ao ensino superior completo". Logo, segundo o princípio da razoabilidade, poder-se-ia estabelecer algumas especialidades, mas não ao ponto de que todos os 32 cargos de Analista exijam alguma escolaridade específica. De resto, o concurso público não poderá mais ser único, mas terá de haver uma prova específica para cada especialidade. No tocante às **atribuições**, entendendo-se que as de cada cargo compreendem, genericamente, as atividades inerentes ao seu desempenho, cujo ocupante deve estar capacitado e habilitado a exercê-lo, não se deveria incluir como tal, o que se compreende como dever do servidor, tais como efetuar ou desenvolver estudos (fls. 102/3), observar normas de segurança (fls. 104/10), comunicar irregularidades verificadas (fls. 109/24), zelar pelo patrimônio (fls. 114, 117, 118), etc.*

Feitas estas aligeiradas observações, submetemos o presente processo à elevada consideração superior da Egrégia Presidência, com a manifestação desta Consultoria Jurídica, no sentido de apresentar-se em boa ordem, o projeto de Resolução sob exame, feitas as correções aqui antes sugeridas, no que for entendido cabível."

Em sua cota, a Divisão de Planejamento e Modernização Administrativa alinhou os seguintes argumentos:

"2. Quanto às proposições formuladas pela douta COJUR, foram elas incorporadas ao texto da nova

minuta.

2.1 Em relação à questão de fundo levantada pela douta COJUR no que se refere à criação de especialidades (fls. 144), verbis:

"No tocante à criação de **especialidades**, ela é prevista no § 1º, do art. 6º, da Lei/DF nº 4.356/2009. Ocorre, porém, que o item II desse mesmo art. 6º, prevê que o acesso aos cargos de Analista de Administração Pública depende apenas da 'escolaridade correspondente ao ensino superior completo'. Logo, segundo o princípio da razoabilidade, poder-se-ia estabelecer algumas especialidades, mas não ao ponto de que todos os 32 cargos de Analista exijam alguma escolaridade específica. De resto, o concurso público não poderá mais ser único, mas terá de haver uma prova específica para cada especialidade."

2.2 Quanto à questão levantada pela douta COJUR, fomos informados pela DRH que o disposto no inciso II do art. 6º da Lei distrital nº 4.356/09 não objetiva vincular à área de formação, mas apenas indicar que o cargo é de nível superior. No que concerne à divisão em especialidades, aduziu que ela já existia anteriormente à citada Lei e o objetivo desta norma é justamente atualizar essas especialidades de acordo com as atuais necessidades do Tribunal. Informou, também, que efetivamente, as provas de concurso serão diferenciadas para cada especialidade.

3. As sugestões oferecidas pela douta COJUR e por esta DIPLAN, consubstanciadas na nova minuta de resolução e anexos (fls. 158/185) estão, a seguir, sublinhadas e destacadas em vermelho:

minuta de resolução

3.1 Redação Original

"Dispõe sobre o Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Distrito Federal e outras providências."

3.1 Redação Sugerida

"Dispõe sobre o Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Distrito Federal e dá outras providências."

3.2 Redação Original

"A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe confere o artigo 84, inciso XXVI do Regimento Interno, aprovado pela Resolução-TCDF nº 38, de 30 de outubro de 1990 e tendo em vista o decidido pelo Egrégio Plenário na Sessão Administrativa nº , o constante do Processo nº 00/00, e

Considerando a necessidade de adequar o Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares em face das disposições da Lei nº 4.356, de 3 de julho de 2009;

Considerando a existência de cargos e especialidades em desuso, em razão da terceirização de serviços, e a existência de novas áreas e espaços ocupacionais que necessitam de estrutura de cargos atualizada e adequada para o atendimento das necessidades dos serviços;

(...)

Considerando a competência conferida no artigo da Lei nº 4.356, de 3 de julho de 2009, resolve:"

3.2 Redação Sugerida

"A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe confere o art. 84, inciso XXVI do Regimento Interno, tendo em vista o decidido pelo Egrégio Plenário na Sessão Administrativa nº , de de

de 2012, conforme consta do Processo nº 936/12, e Considerando a necessidade de adequar o Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares em face das disposições da Lei distrital nº 4.356, de 3 de julho de 2009;

Considerando a existência de cargos e especialidades em desuso, em razão da terceirização de serviços, e a existência de novas áreas e espaços ocupacionais que necessitam de estrutura de cargos atualizada e adequada para o atendimento das necessidades do serviço;

(...)

Considerando a competência conferida no art. 6º da Lei distrital nº 4.356, de 3 de julho de 2009, resolve:"

3.3 Redação Original

"Art. 1º Os cargos da Carreira Controle Externo, do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Tribunal do Distrito Federal, com os respectivos quantitativos previstos em Lei, são os previstos no Anexo I desta Resolução.

Art. 2º Os cargos efetivos da Carreira Controle Externo ficam distribuídos por especialidades, na forma do Anexo II desta Resolução, ficando extintas as especialidades não previstas na nova situação, devendo ser revertidos os cargos atualmente ocupados na medida em que vagarem.

Art. 4º Ficam estabelecidas, na forma do Anexo IV desta Resolução, as descrições de requisitos e atribuições dos cargos efetivos do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Distrito Federal, conforme as respectivas especialidades e áreas de atuação, mantidas as

anteriores em relação aos cargos em extinção ainda ocupados.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação."

3.3 Redação Sugerida

"Art. 1º Os cargos da Carreira de Controle Externo, do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Distrito Federal, com os respectivos quantitativos previstos em Lei, são os constantes no Anexo I desta Resolução.

Art. 2º Os cargos efetivos da Carreira de Controle Externo, compreendidos na área de Administração Pública, ficam distribuídos por especialidades, na forma do Anexo II desta Resolução, ficando extintas as especialidades não previstas na nova situação, devendo ser revertidos os cargos atualmente ocupados à medida que vagarem.

Art. 3º Ficam estabelecidas, na forma do Anexo III desta Resolução, as descrições de requisitos e atribuições dos cargos efetivos do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Distrito Federal, conforme as respectivas especialidades e áreas de atuação, mantidas as anteriores em relação aos cargos em extinção ainda ocupados.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas as Resoluções nº 9, de 31 de dezembro de 1973, nº 3, de 18 de setembro de 1979, nº 15, de 29 de outubro de 1984, nº 49, de 26 de setembro de 1991, nº 52, de 11 de setembro de 1992, nº 54, de 14 de setembro de 1992 e demais disposições em contrário, ressalvadas as normas que dispõem sobre atribuições relativas a especialidades em extinção."

anexo ii

3.4 Redação Original

ÁREA - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA			
CARGO: ANALISTA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (3º grau)			
SITUAÇÃO NOVA		SITUAÇÃO ANTERIOR	
ESPECIALIDADE	TOTAL DE CARGOS PREVISTOS	ESPECIALIDADE	TOTAL DE CARGOS PREVISTOS

3.4 Redação Sugerida

ÁREA - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA			
CARGO: ANALISTA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (3º grau)			
SITUAÇÃO <u>ATUAL</u>		SITUAÇÃO <u>PROPOSTA</u>	
ESPECIALIDADE	TOTAL DE CARGOS PREVISTOS	ESPECIALIDADE	TOTAL DE CARGOS PREVISTOS

anexo iii**3.5 Redação Original**

"A N E X O III

(Art. 2º da Resolução **TCDF** nº , de de 2012)"**3.5 Redação Sugerida**

"A N E X O III

(Art. **3º** da Resolução nº , de de de 2012)"**3.6 Redação Original**

Cargo: AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO	
ATRIBUIÇÕES	
Planejar e executar auditoria e inspeção <u>in loco</u> nas unidades jurisdicionadas do Tribunal. (...)	
<u>Comunicar ao superior hierárquico as irregularidades que, por sua gravidade, devam ser objeto de providências por parte do Tribunal.</u>	
Desenvolver trabalhos voltados para o planejamento e modernização das atividades do Tribunal.	
Elaborar e atualizar normas e procedimentos pertinentes à área de atuação, quando solicitado.	
<u>Efetuar pesquisas e estudos na legislação, doutrina e jurisprudência.</u>	
Efetuar registros e zelar pela consistência das informações registradas em sistemas informatizados. (...)	

3.6 Redação Sugerida

Cargo: AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO	
ATRIBUIÇÕES	
Planejar e executar auditoria e inspeção nas unidades jurisdicionadas do Tribunal. (...)	
Desenvolver trabalhos voltados para o planejamento e modernização das atividades do Tribunal.	
Elaborar e atualizar normas e procedimentos pertinentes à área de atuação, quando solicitado.	
Efetuar registros e zelar pela consistência das informações registradas em sistemas informatizados. (...)	

3.7 Redação Original

Cargo: TÉCNICO DE CONTROLE EXTERNO
--

EMENTA

Executar atividades relacionadas com o suporte aos procedimentos de fiscalização contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e operacional da Administração Pública.

ATRIBUIÇÕES

Auxiliar no planejamento e execução de auditorias e inspeções em órgãos da Administração do Distrito Federal.

(...)
Examinar e instruir, sob supervisão, processos que lhes são distribuídos.
<u>Efetuar pesquisas e estudos na legislação, doutrina e jurisprudência.</u>
Realizar pesquisas para subsidiar os trabalhos da unidade.
(...)

3.7 Redação Sugerida

Cargo:
TÉCNICO DE CONTROLE EXTERNO

EMENTA
Executar atividades relacionadas com o suporte aos procedimentos de fiscalização contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e operacional da Administração Pública <u>do Distrito Federal.</u>
ATRIBUIÇÕES
Auxiliar no planejamento e execução de auditorias e inspeções <u>nas unidades jurisdicionadas do Tribunal.</u>
(...)
Examinar e instruir, sob supervisão, processos que lhes são distribuídos.
Realizar pesquisas para subsidiar os trabalhos da unidade.
(...)

3.8 Redação Original

Cargo:	ANALISTA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	
Area:	Documentação	Especialidade:
		BIBLIOTECONOMIA
ATRIBUIÇÕES		
(...)		
Dar pareceres em assuntos de sua especialidade.		
(...)		
Elaborar normas e manuais de serviço referentes à sua especialidade.		
<u>Executar pesquisas bibliográficas, legislativas e de jurisprudência.</u>		
Executar serviços de disseminação da informação.		
(...)		
Manter correspondência e intercâmbio com órgãos públicos ou privados, nacionais ou estrangeiros, sobre matérias de seu peculiar interesse.		
<u>Observar normas de segurança contra acidentes de trabalho.</u>		
Organizar e manter o serviço de referência, consulta e empréstimo.		
(...)		

3.8 Redação Sugerida

Cargo: ANALISTA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	
Area: Documentação	Especialidade: BIBLIOTECONOMIA

ATRIBUIÇÕES
(...) <u>Emitir</u> pareceres em assuntos de sua especialidade. (...) Elaborar normas e manuais de serviço referentes à sua especialidade. Executar serviços de disseminação da informação. (...) Manter correspondência e intercâmbio com órgãos públicos ou privados, nacionais ou estrangeiros, sobre matérias de seu peculiar interesse. Organizar e manter o serviço de referência, consulta e empréstimo. (...)

3.9 Redação Original

Cargo: ANALISTA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	
Area: Saúde	Especialidade: PSICOLOGIA CLÍNICA

EMENTA

Executar atividades relacionadas com a prestação de assistência, acompanhamento e orientação psicológica, com vistas a promover e preservar a saúde psíquica individual e coletiva de autoridades e servidores ativos e inativos do Tribunal de Contas do Distrito Federal e respectivos dependentes.

3.9 Redação Sugerida

Cargo: ANALISTA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	
Area: Saúde	Especialidade: PSICOLOGIA CLÍNICA

EMENTA

Executar atividades relacionadas com a prestação de assistência, acompanhamento e orientação psicológica, com vistas a promover e preservar a saúde psíquica individual e coletiva de membros e servidores, ativos e inativos do Tribunal de Contas do Distrito Federal e respectivos dependentes.

3.10 Redação Original

Cargo: TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Area: Administração	Especialidade: APOIO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO
-------------------------------	---

ATRIBUIÇÕES
(...)
Acompanhar e controlar a tramitação de expedientes, processos, decisões, da doutrina e legislação específica do setor.
<u>Consultar a jurisprudência do TCU, TJDF, STJ, STF e de órgãos jurisdicionados.</u>
Solicitar veículos de serviço para transporte de material ou pessoas.
<u>Comunicar à autoridade competente as irregularidades verificadas.</u>
Atuar em comissões, grupos de estudos ou de trabalhos, quando designado.
(...)

3.10 Redação Sugerida

Cargo: TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	
Area: Administração	Especialidade: APOIO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO

ATRIBUIÇÕES
(...)
Acompanhar e controlar a tramitação de expedientes, processos, decisões, da doutrina e legislação específica do setor.
Solicitar veículos de serviço para transporte de material ou pessoas.
Atuar em comissões, grupos de estudos ou de trabalhos, quando designado.
(...)

3.11 Redação Original

Cargo: TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	
Area: Administração	Especialidade: CONDUÇÃO DE VEÍCULOS - REPRESENTAÇÃO DE GABINETE

ATRIBUIÇÕES
(...)
Manter o veículo sob sua responsabilidade em perfeito estado e satisfatórias condições de funcionamento, comunicando ao superior hierárquico as falhas verificadas.
<u>Observar medidas de segurança contra acidentes de trabalho.</u>
Organizar orçamentos e opinar sobre o material a ser adquirido.

(...)

3.11 Redação Sugerida

Cargo: TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	
Área: Administração	Especialidade: CONDUÇÃO DE VEÍCULOS - REPRESENTAÇÃO DE GABINETE

ATRIBUIÇÕES
<p>(...)</p> <p>Manter o veículo sob sua responsabilidade em perfeito estado e satisfatórias condições de funcionamento, comunicando ao superior hierárquico as falhas verificadas.</p> <p>Organizar orçamentos e opinar sobre o material a ser adquirido.</p> <p>(...)</p>

3.12 Redação Original

Cargo: ANALISTA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	
Área: Administração	Especialidade: TI - ANALISTA DE MICROINFORMÁTICA
ATRIBUIÇÕES	
<p>(...)</p> <p>Aplicar correção de sistemas de terceiros.</p> <p><u>Zelar pelo patrimônio sob sua responsabilidade.</u></p> <p>Atuar em comissões, grupos de estudos ou de trabalhos, quando designado.</p> <p>(...)</p>	

3.12 Redação Sugerida

Cargo: ANALISTA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	
Área: Administração	Especialidade: TI - ANALISTA DE MICROINFORMÁTICA
ATRIBUIÇÕES	
<p>(...)</p> <p>Aplicar correção de sistemas de terceiros.</p> <p>Atuar em comissões, grupos de estudos ou de trabalhos, quando designado.</p> <p>(...)</p>	

3.13 Redação Original

Cargo: ANALISTA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	
Área: Administração	Especialidade: TI - ANALISTA DE SISTEMAS
ATRIBUIÇÕES	
<p>(...)</p> <p>Zelar pelo sigilo e segurança lógica das informações mantidas nos servidores corporativos.</p>	

Zelar pelo patrimônio sob sua responsabilidade.

Atuar em comissões, grupos de estudos ou de trabalhos, quando designado.

(...)

3.13 Redação Sugerida

Cargo: ANALISTA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	
Area: Administração	Especialidade: TI - ANALISTA DE SISTEMAS
ATRIBUIÇÕES	
<p>(...)</p> <p>Zelar pelo sigilo e segurança lógica das informações mantidas nos servidores corporativos.</p> <p>Atuar em comissões, grupos de estudos ou de trabalhos, quando designado.</p> <p>(...)</p>	

3.14 Redação Original

Cargo: TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	
Area: Administração	Especialidade: APOIO À TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

ATRIBUIÇÕES
<p>(...)</p> <p>Gerenciar os bens patrimoniais de TI distribuídos no TCDF.</p> <p><u>Zelar pelo patrimônio sob sua responsabilidade.</u></p> <p>Executar serviços de digitação e revisão de textos.</p> <p>(...)</p> <p>Controlar a entrada e saída de material.</p> <p><u>Comunicar à autoridade competente as irregularidades verificadas.</u></p> <p>Atuar em comissões, grupos de estudos ou de trabalhos, quando designado.</p> <p>(...)</p>

3.14 Redação Sugerida

Cargo: TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	
Area: Administração	Especialidade: APOIO À TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

ATRIBUIÇÕES
<p>(...)</p> <p>Gerenciar os bens patrimoniais de TI distribuídos no TCDF.</p> <p>Executar serviços de digitação e revisão de textos.</p> <p>(...)</p> <p>Controlar a entrada e saída de material.</p>

Atuar em comissões, grupos de estudos ou de trabalhos, quando designado.
(...)

3.15 Redação Original

Cargo: AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	
Área: Administração Pública	Especialidade: ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS*

ATRIBUIÇÕES
(...) Requisitar veículos para transporte de material ou pessoas. <u>Comunicar à autoridade competente as irregularidades verificadas.</u> Requisitar e controlar a entrada e saída de material de expediente do setor. (...)

3.15 Redação Sugerida

Cargo: AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	
Área: Administração Pública	Especialidade: ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS*

ATRIBUIÇÕES
(...) Requisitar veículos para transporte de material ou pessoas. Requisitar e controlar a entrada e saída de material de expediente do setor. (...)

4. Feitos esses esclarecimentos, encaminhamos a nova minuta de resolução e anexos (fls. 158/185), com as alterações citadas."

É o relatório.

VOTO

Penso haver reproduzido, no necessário, as manifestações das unidades de apoio administrativo.

Entendo que, preliminarmente, deve ser deferida oportunidade aos membros do Plenário e do Ministério Público de Contas para que apresentem as sugestões que permitam aprimorar a minuta de resolução vista às fls. 158/185, formulada pela Divisão de Planejamento e Modernização Administrativa.

Destarte, **VOTO** no sentido de que o e. Plenário determine a remessa de cópia da minuta de resolução vista às fls. 158/185 aos Gabinetes dos Senhores Conselheiros e membros do Ministério Público de Contas para,

querendo e no prazo regimental, encaminhem ao Gabinete do Relator as sugestões que permitam aprimorar o texto da referida minuta de resolução.

Sala das Sessões, em 27 de março de 2012.

ANTONIO RENATO ALVES RAINHA
Conselheiro-Relator

9

DIGITALIZADO